

# RETROCESSOS NA POLÍTICA PARA AS JUVENTUDES NA ESFERA FEDERAL E NO MUNICÍPIO DE TERESINA

## STEP BACKWARDS IN YOUTH POLICY IN THE FEDERAL SPHERE AND IN THE TERESINA CITY

Olívia Cristina Perez **1**  
Lila Cristina Xavier Luz **2**

**Resumo:** O cenário político brasileiro alterou-se substancialmente nos últimos anos, com o fim das sucessivas gestões petistas no poder e a ascensão de um projeto conservador liderado pelo atual presidente Jair Bolsonaro. Para refletir sobre esse novo contexto, este artigo apresenta dados e reflexões sobre políticas públicas destinadas às juventudes no âmbito do Governo Federal e do município de Teresina. Por meio de um levantamento documental, o trabalho analisa como em ambas as esferas de gestão têm ganhado tons discursivos e práticas de perseguição aos jovens em nome de sua segurança. O artigo pretende estimular reflexões e ações de resistência a esse projeto conservador e policialesco.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas para Juventude. Conservadorismo. Teresina.

**Abstract:** The Brazilian political scenario has changed substantially in recent years, with the end of successive petistas management in power and the rise of a conservative project led by current President Jair Bolsonaro. To reflect on this new context, this article presents data and reflections on public policies aimed at youths within the Federal Government and the Teresina municipality. Through a documentary survey, the work analyzes how in both spheres of management have gained tone discourses and practices of persecution of young people in the name of their safety. The article intends to stimulate reflections and actions of resistance to this conservative and police project.

**Keywords:** Public Policies for Youth. Conservatism. Teresina.

---

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: oliviaperez@yahoo.com.br **1**

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e pós-doutorado em sociologia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: lilaxavier@hotmail.com **2**

## Introdução

O Brasil foi comandado por presidentes filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) por quase quatorze anos (de 2003 a 2010 com Luiz Inácio Lula da Silva e de 2011 a meados de 2016 com Dilma Rousseff). A gestão petista aproximou movimentos sociais do Estado em pelo menos dois sentidos: primeiro, com a ampliação das Instituições de Participação (IPs) em que membros da sociedade civil decidem junto ao governo diretrizes para políticas públicas. Em segundo lugar, por meio da escolha de lideranças de movimentos sociais para cargos centrais na burocracia federal. Essa aproximação contribuiu para a formulação de políticas públicas mais atentas às demandas elaboradas por movimentos sociais. Na área da juventude, um marco importante foi a promulgação do Estatuto da Juventude em 2013.

No entanto, o cenário político brasileiro alterou-se substancialmente. Com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), encerrou-se em 2016 o ciclo petista no poder. Seguiu-se a entrada de uma sequência de governos com projetos distintos ao do PT: primeiro com Michel Temer, do então *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB) agora *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), que ocupou a presidência do Brasil de 2016 a 2018; depois com a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL) para presidente, em 2018. O novo presidente e seus apoiadores defendem bandeiras neoliberais, como a retirada de direitos, e tentam implementar costumes afinados a uma moral conservadora.

Tanto a retirada de direitos quanto a agenda conservadora afetam principalmente os jovens. E dentre eles, os mais pobres, em especial os que pertencem a segmentos sociais específicos, como as mulheres, os negros e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (conhecida pela sigla LGBTTT). Uma discussão emblemática do projeto autoritário que ocupa hoje as mais altas instâncias do governo é o ataque à chamada “ideologia de gênero”. Conforme os apoiadores do projeto, a discussão sobre gênero nas escolas supostamente ameaçaria valores sagrados da maioria cristã brasileira: a manutenção da família formada por um homem, uma mulher e seus filhos.

Nesse mesmo sentido do combate à “ideologia de gênero”, a base governista de Jair Bolsonaro (PSL) defende em âmbito federal o PL 867/2015 e outros quatro projetos de lei que seguem as diretrizes do movimento “Escola sem Partido”. O projeto surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político ideológicos, partidários e eleitorais, defendendo a necessidade da suposta “imparcialidade” e “neutralidade” de docentes e evitando que eles usem suas aulas para promover suas “visões políticas”.

Na área de direitos e legislação, uma das principais propostas encaminhada pelo atual governo, a reforma da previdência, quer elevar o tempo mínimo exigido para aposentadoria de quinze para vinte e cinco anos de contribuição. No entanto, fatores como informalidade, desemprego e alta rotatividade vão prejudicar em maior medida justamente os grupos que já têm mais dificuldade para obter renda: mulheres trabalhadoras mais pobres e jovens que ainda ingressarão no mercado de trabalho.

Além do ataque à educação crítica e aos direitos dos jovens, esse segmento social está no centro do debate político brasileiro também em outros sentidos. O ciclo de protestos conhecido como Jornadas de Junho de 2013 expressou a insatisfação dos jovens com a política e a falta de concretização de direitos sociais. Embora não tenham sido responsáveis pela mudança na política brasileira, o ciclo iniciado em 2013 contribuiu para a visibilidade dos grupos ultraconservadores que surpreenderam nas eleições de 2018. A “onda” liderada por Jair Bolsonaro elegeu o Congresso mais conservador das últimas três décadas. O PSL, partido do candidato, que contava apenas com oito deputados, possui hoje a segunda maior bancada na Câmara.

Para pensar sobre esse contexto, esta pesquisa parte das seguintes perguntas: as mudanças no Governo Federal têm alterado as políticas para as juventudes? A nova orientação política do Governo Federal tem sido adotada por governos municipais? Para respondê-las investigou-se as políticas públicas federais para a juventude e a política pública municipal da cidade de Teresina.

Teresina é a capital do estado do Piauí, localizada na região nordeste do Brasil. Conforme dados do último censo de 2010, a cidade reunia cerca de 814 mil habitantes, sendo a 19ª em número de habitantes no Brasil. Do total de habitantes, 19,9% são jovens de quinze a vinte e quatro anos. Em 2017, o salário médio mensal era de 2,8 salários mínimos. A proporção de pessoas com alguma

ocupação produtiva em relação à população total é de 35,9%. O município tem 38,6% da população vivendo em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que significa uma alta taxa de pobreza. (IBGE, 2019).

Politicamente, a cidade é governada por prefeitos filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) desde 1993. Wall Ferraz venceu em 1992, dando lugar a Firmino Filho em 1996, reeleito em 2000 e sucedido por Sílvio Mendes, eleito em 2004 e reeleito em 2008, até a volta de Firmino Filho em 2012, reeleito em 2016 ainda no primeiro turno. O único período administrado por outro partido foi entre 2010 e 2012, quando o vice de Mendes, Elmano Férrer do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumiu quando ele renunciou para concorrer ao Estado. Em reportagem especial intitulada “Os últimos ‘feudos’ municipais”, o jornal Folha de S. Paulo citou Teresina como a maior cidade entre os municípios considerados ainda sob o “domínio” de um único partido.

A cidade de Teresina foi escolhida intencionalmente, considerando a experiência das autoras com pesquisas e vivências na cidade. Além disso, uma vez que a cidade é governada pelo mesmo partido há mais de dezesseis anos, pressupunha-se que as sucessivas gestões do PSDB não alterassem as diretrizes das políticas públicas municipais, como aquelas destinadas à juventude. No entanto, o trabalho evidencia que houve um refluxo nas ações para as juventudes, sobretudo no que diz respeito às ligadas à cultura e ao lazer, intensificando-se por outro lado aquelas de cunho repressivo. Teresina tem hoje política repressiva para combater a “violência” com violência.

Trata-se de uma pesquisa documental. A primeira seção apresenta informações sobre as políticas federais para a juventude. Os dados foram retirados de legislações, documentos e notícias divulgados na internet em órgãos do governo ou em grandes canais de mídia. A segunda seção apresenta informações sobre a cidade de Teresina provenientes do Plano de Metas da Secretaria Municipal da Juventude (SEMJUV) de 2013 e do Relatório Anual de Atividades da Prefeitura Municipal de Teresina (2018). Seguem por fim as conclusões da pesquisa, acrescida de dados sobre as formas de resistência ao avanço do projeto conservador.

## Gestores e Iniciativas Federais na Área das Juventudes

No cenário nacional, o ano de 2003 foi marcante para a construção de políticas públicas para a juventude, pois inaugurou um amplo processo de mobilização da sociedade civil, do Executivo e do Legislativo em torno do tema. Nesse ano o Legislativo estabeleceu a Comissão Especial de Juventude que teve como atribuição:

[...] realizar uma ampla discussão com a sociedade para identificar e indicar os elementos essenciais à construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, bem como a indicação ao Governo Federal da necessidade de criação de um órgão federal gestor da política nacional de juventude. (Silva e Silva, 2011, p. 663).

Diante de um contexto favorável à discussão juvenil, deu-se a implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ) em 2005. Essa política registrou avanços importantes, como o aumento do número de jovens no ensino superior e a criação de mecanismos de participação social, a exemplo dos Conselhos e Conferências Nacionais.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) foi criado nesse cenário de debate político e articulação, pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial n.5, de 14 de julho de 2007, passando a funcionar como um espaço de diálogo e construção coletiva entre o governo, a sociedade civil e a juventude brasileira. O CONJUVE contava com diversos representantes vinculados a movimentos sociais.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criada em 2005, nasce com a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude. Além disso fazia parte de suas atribuições incentivar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados dedicados às políticas juvenis da Inclusão de Jovens.

A SNJ era vinculada inicialmente à Secretária-Geral da Presidência da República (SGPR), que tinha *status* de ministério e era comandada à época por Luiz Dulci, professor e sindicalista filiado ao PT. Ainda em 2003, no primeiro ano da gestão Lula, o então presidente alterou as competências da

SGPR, afastando a função de relacionamento com o Congresso e acrescentando a implementação de instrumentos de consulta e de participação popular. Percebe-se a intenção do projeto petista de impulsionar a participação da sociedade civil organizada, pois a SGPR incluía os movimentos sociais na formulação e no controle das políticas públicas. O primeiro secretário da SNJ foi Beto Cury, militante sindical filiado ao Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais.

Em suma, de acordo com o que se pôde apurar da pesquisa documental, a partir dos anos 2000 foi aberta uma agenda de discussões para a construção de políticas públicas para a juventude em diálogo com militantes dos movimentos sociais. No segundo mandato do presidente Lula, há uma pressão de movimentos de juvenis e de outros setores pela construção de Políticas Públicas que atendam reivindicações de entidades e movimentos juvenis de todo o país, conforme reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo em março de 2007. Luiz Dulci também permaneceu na Secretaria Geral da Presidência da República, o que era um indicativo de continuidade nas políticas petistas.

Em 2008, a realização da I Conferência Nacional de Juventude foi um marco histórico do movimento juvenil no país, reunindo aproximadamente 2.5 mil pessoas. Portanto, o segundo mandato de Lula reforça a participação da sociedade nas políticas públicas.

A primeira gestão de Dilma Rousseff (2011 a 2014) deu continuidade ao projeto político implementado por Lula. Para a Secretaria Nacional da Juventude, em 2011, Dilma indicou Severine Macedo. Severine foi coordenadora de juventude em organizações sindicais e integrou o Conselho Nacional de Juventude de 2005 até 2010. Em 2008, foi eleita Secretária Nacional de Juventude do PT e coordenou a campanha da juventude para a eleição de Dilma como presidenta. Severine contou com o apoio de mais de trinta entidades para a indicação de seu nome. Sua entrada marca um período interessante para a SNJ pois levou consigo vários militantes que atuavam em espaços participativos junto a ela. Nessa nova configuração da Secretaria, temas caros aos movimentos sociais, especialmente ao movimento da juventude negra, entram na agenda e se tornam prioridade. Cabe ressaltar nesse sentido a criação do Plano Juventude Viva, em 2011, que buscava enfrentar o extermínio da juventude negra.

Como continuidade do projeto implementado por Lula, seu antecessor, ainda no primeiro ano do governo Dilma em 2011 ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Juventude, que, conforme balanço da própria Secretaria, “mobilizou cerca de 550 mil jovens em mais de 1.500 etapas preparatórias e reuniu, em Brasília, 3 mil lideranças e delegados eleitos para representar a juventude brasileira”. (Brasil, 2011, p.2).

A gestão petista foi responsável por mobilizar diversos segmentos e promulgar o Estatuto da Juventude em 2013. A norma legal definia que devem ser garantidos os direitos dos jovens à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente. Afirmar legalmente tais direitos é significativamente importante em uma sociedade marcada por extrema desigualdade e pela negligência do poder público. O instrumento legal também priorizava a participação dos jovens na formulação, na execução e na avaliação das políticas públicas destinadas a esse segmento.

No entanto, o ciclo de protestos iniciado com as manifestações que ocorreram em junho de 2013 no Brasil abalou o contexto político. Os protestos aconteceram em diversas partes do país, embora “as lógicas de mobilização, a composição social dos manifestantes e a correlação de forças tenha variado consideravelmente dependendo das cidades analisadas” (Bringel e Pleyers, 2015, p.7).

Ainda que tenham ocorrido em várias partes do país e nem sempre em Junho de 2013, as Jornadas são comumente associadas a um dos seus principais protestos: aquele iniciado pelo Movimento Passe Livre (MPL), reivindicando que a tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo não sofresse aumento.

Os protestos persistiram nos anos seguintes. Dentre as reivindicações no ciclo de 2011 a 2016, Tatagiba e Galvão (2019) identificaram em primeiro lugar queixas dirigidas ao *governo e ao sistema político*, seguidos por temas como *salário, trabalho e condições de vida nas cidades*. Além dessas demandas, as manifestações de 2013 exprimiram certo desejo de distanciamento

com relação à política parlamentar: “[...] as massas nas ruas afirmam o desejo de exercício da política sem mediações institucionais [...]” (Tatagiba 2014, p.41). A recusa aos partidos foi uma das características das manifestações da época. Foi nesse mesmo sentido que muitos manifestantes se posicionaram de modo hostil à presença de partidos e de seus militantes (Tatagiba, 2014).

Em meio a essa proliferação de demandas e críticas ao sistema político, ocorreram as eleições de 2014, nas quais Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. Pressionada pela crise política, em 2015 Dilma promoveu reformas ministeriais que exerceram impactos sobre a Secretaria Nacional da Juventude. A ex-presidente criou em 2015 a Secretaria de Governo da Presidência da República, resultado da fusão da Secretária-Geral da Presidência, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do Gabinete de Segurança Institucional.

Mas ainda dando continuidade ao projeto anterior, o Secretário da Juventude escolhido em 2015, Gabriel Medina, tinha ligação com movimentos da juventude e com o Partido dos Trabalhadores. Não obstante, modificou a estrutura da SNJ, incorporando técnicos de perfil administrativo que possuíam pouca ou quase nenhuma relação direta com os movimentos sociais.

Mesmo com tais mudanças, Dilma foi afastada da presidência em 2016 e Michel Temer (MDB) assumiu o cargo em seu lugar. A gestão de Temer pode ser considerada um período de transição, já que os militantes dos movimentos sociais nas áreas analisadas começam a sair do Governo Federal e os secretários e ministros escolhidos já demonstravam posicionamentos mais próximos ao projeto conservador que ascendeu ao Governo Federal em 2019 com a eleição de Jair Bolsonaro.

Por exemplo, para a Secretaria da Juventude, Temer nomeou Bruno Moreira Santos. Bruno, que era presidente licenciado da Juventude Nacional do PMDB, envolveu-se em uma polêmica ao comentar sobre o massacre em que trinta e três presos foram assassinados na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima: Conforme o ex-secretário: “tinha que matar mais [presos]; tinha que fazer uma chacina por semana” (Veja, 2017). Após a repercussão negativa da sua declaração, Bruno demitiu-se do cargo, tendo sido substituído no início de 2017 por Francisco de Assis Costa Filho. Em nota o ex-secretário afirmou que havia “valorização muito grande” da morte de condenados e que “embora o presidiário mereça respeito e consideração, é necessário valorizar mais o combate à violência com mecanismos que o Estado não tem conseguido colocar à disposição da população plenamente” (Veja, 2017). Esse comentário já expressa a ascensão do projeto conservador que comandará o Governo Federal com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

A despeito do aumento do apoio ao projeto conservador, Temer tentou responder à juventude que saiu nas ruas em 2013 com a regulamentação em 2018 do Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve) instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. O sistema prevê, dentre outras medidas, a divulgação das iniciativas e a realização de Conferências da Juventude a cada quatro anos.

Já Bolsonaro, eleito em 2018, posiciona-se contrariamente à participação de movimentos sociais que lutam por direitos no governo, extinguindo instituições de participação, exonerando militantes de partidos filiados ao campo progressista e enfim nomeando em seu lugar políticos evangélicos e militares, defensores do conservadorismo no campo da moral e do liberalismo no campo econômico. Prova disso é a publicação do decreto 9.759/2019 que estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, extinguindo todos os colegiados que não tenham sido regulamentados em lei. No conceito de colegiado estão incluídos conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada ao colegiado. O decreto presidencial pode extinguir ao menos trinta e quatro Conselhos, incluindo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD), além de outros como: Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) etc.

Outra diretriz do governo Bolsonaro é a escolha de secretárias e ministras segundo seus posicionamentos conservadores e presença na mídia. Para a Secretaria da Juventude, foi escolhida a jovem catarinense Jayana Nicaretta filiada ao Partido Popular (PP, um partido conservador brasileiro). Conforme a página do próprio Ministério, atualmente com vinte e quatro anos,

a *secretária* nacional *foi* a mais *jovem* vereadora eleita em Santa *Catarina* no ano de 2012. Em entrevista à rádio CBN-Diário, a *secretária* nacional disse que testemunhou “doutrinação” em sala de aula. Em suas palavras:

fui estudante e presenciei [doutrinação]. Saí do Ensino Médio, ainda não tinha percepção do que acontecia, mas depois, analisando o conjunto das provas que fomos obrigados a fazer, da maneira como fomos obrigados a pensar, fica evidente que o aluno é conduzido a uma determinada linha de pensamento ideológica. Dentro da universidade, isso ficou muito mais perceptível, devido ao ativismo dos movimentos ideológicos, que são predominantes em muitos cursos e universidades, particulares também (CBN, 2019).

Nota-se que esse ativismo ideológico é considerado pelo atual presidente e seus apoiadores como parte do projeto do PT para implementar uma “ditadura comunista” no Brasil.

Na mesma reportagem a engenheira disse que o governo Bolsonaro presa a indicação técnica e não política, ainda que ela tenha sido vereadora do PP. Ou seja, o discurso de que sua equipe está distante da política, funciona também como um modo de fomentar e responder à aversão aos partidos e ao sistema político brasileiro, expressas nas Jornadas de junho de 2013 e em manifestações posteriores. No entanto, é necessário indicar a vinculação partidária e a trajetória em cargos representativos daqueles que se dizem distantes dessas instituições.

## Políticas para as Juventudes em Teresina

No contexto teresinense, os jovens da cidade contam com uma estrutura administrativa, a Secretaria Municipal da Juventude (SEMJUV). Criada por meio da Lei Orgânica Municipal Nº 3.617 de 23 de março de 2007, o órgão faz parte da Administração Direta do Município de Teresina, subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal. Conforme consta do site da instituição (<https://semjuv.teresina.pi.gov.br/>), a SEMJUV deve promover políticas públicas destinadas à juventude, com o objetivo de desenvolver a integração social de jovens a partir da articulação com outras Secretarias.

Em 2013 a SEMJUV publicou um Plano de Metas no qual delinea como suas principais proposições e missão

[...] contribuir para o desenvolvimento da identidade e da autonomia dos(as) jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direito, além de formular, elaborar, gerenciar e acompanhar programas/projetos em conjunto com outras secretarias. Intermediar parcerias com entidades civis, organizações e expressões da juventude, bem como estabelecer convênios a nível nacional e/ou internacional para auxiliar na construção e implementação das políticas públicas em nossa cidade. (SEMJUV, 2013, p.5).

O Plano havia previsto diferentes ações que contemplavam a garantia de direitos básicos aos jovens da cidade. Esses direitos estavam divididos em sete eixos, quais sejam: fomento ao acesso e à cultura, ao esporte e ao lazer; qualificação para o mundo do trabalho, geração de renda e empreendedorismo; empoderamento, autonomia, emancipação e protagonismo da juventude; ampliação de acesso à escola e às instituições de ensino superior e elevação da escolaridade; valorização da diversidade com vida segura e direitos humanos; promoção de qualidade de vida saudável para a juventude e acesso e promoção da tecnologia da informação e da comunicação para a juventude. Cada um desses eixos é detalhado pela explicitação de objetivos, a definição de atividades, o público alvo, o período de execução e as parcerias, informações que dão pistas sobre como seriam implementadas as ações de/para/com a juventude na cidade.

Documentos disponíveis no site da SEMJUV demonstram certa invisibilidade de ações sobre a materialização do Plano de Metas. No site constam *links* de acesso para “História da secretaria, Equipe, Telefones, Galeria de imagens, Notícias, Projetos, Documentos e Eventos”. Em nenhum

desses *links* há informação sobre o Plano. Apenas nos *links* “Equipe”, “História” e “Documentos” constam informações sobre o conteúdo. E apenas em “Documento” há informações sobre ações que podem estar relacionadas aos eixos do Plano de Metas.

Desde sua criação, à SEMJUV estava prevista a atribuição de articular políticas que já existiam em diferentes Secretarias ou mesmo construir novas ações a partir de novas demandas e necessidades dos jovens. Em 2013, segundo o Secretário à época, a dotação orçamentária era de aproximadamente dois milhões, sendo a maior parte dos recursos destinada à folha de pagamento. Mesmo assim, algumas ações previstas no Plano de Metas, relacionadas ao Eixo 1, relativo à cultura, esporte e lazer, foram desenvolvidas. Como exemplo é importante citar os Giros Culturais, o Festival de Bandas, o Festival de Grafiteiros, dentre outras ações.

Porém, em julho de 2015, ocorre a mudança de secretário e com ela novos entusiasmos parecem nortear a Secretaria. Conforme publicado em 06/07/2015 no portal Cidade verde, no seu discurso de posse o secretário evidencia a preocupação em priorizar o combate às drogas e a criação do primeiro Centro de Apoio à Juventude - CAJU de Teresina, no bairro Mocambinho, Zona Norte da cidade. De forma explícita o secretário anunciava suas intenções de fortalecer as políticas para a juventude. “Vamos continuar com a juventude viva. Iremos a Brasília buscar recursos para a construção do primeiro Caju no Mocambinho, que tem 54 mil jovens”. E acrescentava: “qualquer investimento em política pública para o jovem é pouco, principalmente nesse momento em que se discute a redução da maioria penal. Mas Teresina é uma cidade privilegiada, já que é uma das poucas que tem Secretaria da Juventude”. Cidade verde, 2015). Na ponta desse discurso aparece o compromisso de dar continuidade aos programas previstos no Plano de Metas então em curso, como o Garagem Cultural, Projeto se Liga na Ideia, Minha Primeira Carteira de Habilitação. Esse último com previsão para beneficiar 200 jovens. Além de cursos para “reduzir a violência”.

Averiguando o Relatório Anual de Atividades da Prefeitura Municipal de Teresina, de 2018, identificou-se alguns projetos que contemplam ações destinadas a jovens da cidade de diferentes regiões, inclusive da zona rural. Em 2018 é citado no Relatório o projeto Inova Jovem sobre capacitação de jovens, com foco em empreendedorismo, a fim de qualificá-los para o ingresso no mercado de trabalho mediante a criação e gestão de seus próprios negócios. As principais metas do projeto foram promover a emancipação financeira dos jovens e de suas famílias, gerar renda, reduzir a condição de vulnerabilidade, disseminar a cultura do empreendedorismo nas comunidades e contribuir para o desenvolvimento da economia local.

Porém no ano de 2018 ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, têm dado maior visibilidade às ações para as juventudes da cidade de Teresina. Nota-se que o atual Secretário da Assistência Social do Município foi delegado e depois vereador, o que já indica a inclinação para a política de assistência social como problema de segurança. A Secretaria tem hoje ações de patrulhamento ostensivo realizadas quinzenalmente pela Polícia Militar, Guarda Municipal, Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), Secretaria Municipal de Transporte (STRANS), Vara da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar e Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) Centro-Norte, desde o início do ano de 2018 e em pleno fortalecimento atualmente. Inseridas no programa “Vila Bairro Segurança”, essa Secretaria declara ter como objetivo manter a segurança em bairros de Teresina, com a realização de ações como a “Blitz do Sufoco” e “Teresina Protege”. Cabe indagar: qual política as ações do denominado “Vila Bairro Segurança” se dispõem a atender? No documento do “Vila Bairro Segurança”, o mesmo é definido como ação para:

[...] criar e fortalecer a política de Segurança municipal [...] como uma resposta concreta no combate a violência pelo município, principalmente através ações articuladas em duas frentes de atuação: uma preventiva que aborda dois níveis de PREVENÇÃO – Primária e Secundária e outra de PROTEÇÃO com ações articuladas nas três instâncias – Municipal, Estadual e Federal. (Programa Vila Bairro Segurança, s/d, p.4).

Como foco do Programa destaca-se o enfrentamento à violência, tendo a prevenção como primordial. Nesse sentido, tem sido desenvolvido um tipo de “Prevenção” com “ações integradas”

que buscam “identificar” fatores de risco e fortalecimento dos fatores protetivos, por meio do desenvolvimento de seis projetos articulados entre secretarias do município. Na frente de proteção constam os projetos Blitz Sufoco e Teresina Protege que anunciam trabalhar, respectivamente, com ações no controle de motoristas embriagados, desarmamento, além da coibição à venda de bebidas alcoólicas a menores de idade. O território de concentração da ação do Programa são treze bairros da Zona Norte da cidade, quais sejam: Acarape, Aeroporto, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Parque Alvorada, Poti Velho, Vila São Francisco e São Joaquim. Para que o leitor tenha uma ideia da complexidade das ações desenvolvidas, a seguir expomos algumas imagens divulgadas pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (Semcaspi).

Foto 1:



**Fonte:** Site da Semcaspi. Abordagem de: 11.06.2018.

Foto 2:



**Fonte:** Site da Semcaspi. Abordagem de: 03.02.2019.

Foto 3:



**Fonte:** Site da Semcaspi. Abordagem de: 03.02.2019.

É importante ressaltar que essas e outras imagens utilizadas para divulgar as ações dos referidos projetos estão disponíveis no site da SEMCASPI no endereço: “<https://semcaspi.teresina.pi.gov.br/galerias/>”. Trata-se, portanto, de documentos públicos de livre acesso. Uma rápida consideração de todas elas já suscita certas impressões sobre o conteúdo e o sentido dessas ações de “Assistência Social”. Em todas elas é possível identificar policiais militares abordando jovens.

Ao discorrer sobre a maneira como a mídia concebe a juventude, Venturi e Bokany (2004) afirmam que as interpretações parciais acerca desse segmento podem favorecer conclusões

equivocadas. Nesse caso podem gerar imagens que não correspondem à realidade. Não podemos esquecer que durante muito tempo predominou em relação aos jovens uma visão de que eles eram problemas sociais. Essa visão também definia o sentido pelo qual se poderia responder suas demandas e, muitas vezes, pautava as intervenções construídas, desconsiderando a existência dos próprios jovens. Nesse sentido é como se a Semcaspi por meio de ações e a Semjuv por meio de omissões quisessem evidenciar que os problemas de drogas, violência e déficits educacionais são específicos aos jovens. E, para todos os efeitos, de acordo com essa lógica de raciocínio, esses não são problemas sociológicos; mas sim os jovens é que são, como afirma Pais (1993).

Na direção oposta, o que identificamos nesses atos é uma explícita ação de criminalização da pobreza, fenômeno que desde a metade do século passado já havia sido denunciado como prática inaceitável no âmbito da Assistência Social e do Serviço Social brasileiro. Assim, a compreensão de juventude e de política para as juventudes deriva de uma compreensão deturpada do comportamento dos jovens: a de que eles são violentos, usuários de drogas, desinteressados pela escola etc. Eles são etiquetados como criminosos, como elementos perigosos que devem ser contidos a todo instante por ações na quais a violência não só é consentida e defendida, mas necessária e de pronto justificada. Nesse sentido pesa sobre esses jovens aquilo que Soares (2005) chama de fixação de identidades. A partir das ações acima explicitadas e das imagens divulgadas, parece haver uma

[...] conspiração pela fixação de identidades e pelo congelamento de suas respectivas qualificações, especialmente se tais qualificações forem estigmatizantes; participamos e contribuimos para a blindagem ontológica que coagula a história e engessa processos biográficos. (SOARES *et ali*, 2005, p.100).

De modo geral, as fontes acessadas evidenciam o desmonte galopante das intenções institucionais que antes fortaleciam políticas públicas para a juventude. Em seus ex-futuros lugares, reforça-se uma visão de mundo na qual a violência social e a sensação de insegurança, cada vez mais severa e comum, justifica todo tipo de ação repressiva. E que, para combatê-las, são necessárias ações repressoras e a notícia de que elas estão sendo desenvolvidas.

### Considerações Finais

O trabalho demonstrou como as políticas para as juventudes têm assumido um viés de segurança e perseguição. Esse projeto é defendido pelo atual governo federal, mas tem ecos nos municípios, como em Teresina.

O fato de o projeto do Governo Federal ser adotado pelos municípios não significa que haja uma relação de causalidade, tampouco que os municípios estejam seguindo novas leis. Mas sim que há uma resposta dos governos federais e municipais à descrença nas instituições participativas canalizado para o asseguramento da segurança pública por meio da violência. Esse projeto perpassa parte da sociedade. No entanto, certamente ele não será adotado por todos os governantes. Tampouco avançará sem resistências.

Por exemplo, como contraponto ao avanço contra a chamada “ideologia de gênero”, educadores, movimentos sociais e acadêmicos especialistas das discussões de gênero tentam convencer a população de que a discussão sobre gênero é necessária, especialmente no Brasil, onde é alta a violência contra a mulher.

O judiciário tem sido um dos campos de resistência ao projeto conservador. Em 2019, o ex-ministro da Saúde, deputado Alexandre Padilha (PT-SP) protocolou um Projeto de Lei chamado “Escola Livre” enquanto a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) protocolou o “Escola sem Mordação”, ambos destinados a combater o “Escola sem Partido”, com o argumento de que o professor deve ter liberdade ao ensinar e de que o combate à doutrinação nas escolas é, na verdade, um combate aos ideais de esquerda.

Outra forma de reação são os grandes protestos que agora se contrapõem ao projeto de Bolsonaro. Alguns deles foram liderados por ativistas e movimentos sociais feministas, tais como: o protesto conhecido como “#Elenão”, que se opunha à eleição de Bolsonaro, aquele realizado em 8

de março de 2019, dia internacional da Mulher, e a “Marcha das Margaridas”, que reuniu na capital federal mulheres trabalhadoras.

O combate ao retrocesso no campo de direitos, ao crescimento da onda conservadora e a defesa da democracia também devem ser assumidos como um compromisso da academia. Nesse sentido o presente texto tem como intenção suscitar reflexões e mais escritos sobre a situação de retrocessos que o país atravessa atualmente.

## Referências

BRASIL. **Balanço SNJ, 2011**. Brasília: [2011]. Disponível em: <<<http://www.jsb.org.br/anexos/1.pdf>>>. Acesso em 2 de abril de 2019.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2013.

BRINGEL, B.; PLAYERS, G. “Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”, **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v.259, pp.4-17, 2015

CBN diário, 2019. **Fui estudante e presenciei a doutrinação**. Reportagem publicada em 23/01/2019. Disponível em: <<<http://cbndiario.clicrbs.com.br/sc/noticia-aberta/fui-estudante-e-presenciei-a-doutrinacao-afirma-secretaria-nacional-da-juventude-213424.html>>>. Acesso em 2 de abril de 2019.

CIDADE VERDE. **Filho de Júlio César assume Juventude e quer criar o 1º “CAJU” de Teresina**. Reportagem publicada em 06/07/15. Disponível em: <<<https://cidadeverde.com/noticias/196887/filho-de-julio-cesar-assume-juventude-e-quer-criar-o-1-caju-de-teresina>>>. Acesso em 3 de abril de 2019.

FOLHA DE S. PAULO, 2007. **Governo mantém Beto Cury na Secretaria de Juventude**. Reportagem publicada em 23/03/2007. Disponível em: <<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90597.shtml>>>. Acesso em 3 de abril de 2019.

FOLHA DE S. PAULO, 2015. **Protestos de junho de 2013 atraíram 1 milhão no auge**. Reportagem publicada em 15/03/2015. Disponível em: <<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>>>. Acesso em abril de 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Os últimos “feudos” municipais**. Reportagem publicada em 15/03/2015. Disponível em: <<<http://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/11/06/feudos-municipais/>>>. Acesso em abril de 2019.

IBGE. **Brasil em Síntese**. Disponível em << <https://cidades.ibge.gov.br/>>>. Acesso em 2 de julho de 2019.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Editora, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, pp.27-79.

PREFEITURA DE TERESINA. **Relatório Anual de Atividade**. Teresina, 2018. (mimeo.).

PREFEITURA DE TERESINA. SEMCASPI-Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas. SEMPLAN-Secretaria Municipal de Planejamento e coordenação. **Programa Lagoas do Norte**. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM TERESINA – PIAUÍ – BRASIL. Teresina, 2018. (mimeo.).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÕES INTEGRATIVAS-**SEMCASPI**. Disponível

em: <<<https://semcaspi.teresina.pi.gov.br/galerias/setima-operacao-do-programa-vila-bairro-seguranca/>>>. Acesso em: 29.04.2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE. Plano de Metas da de 2013. Disponível em: <<<https://semjuv.teresina.pi.gov.br/>>>. Acesso em: 29.04.2019.

SILVA, R. & SILVA, V., 2011. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Cad. CRH** 24(63), pp.663-678.

SOARES, Luiz Eduardo, MV Bill, ATHAIDE Celso. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro Objetiva, 2005.

TATAGIBA, L. "1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil." **Política & Sociedade**, v.13, n.28, pp.35-62, 2014.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. "Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)". **Opinião Pública**, Campinas, v.25, n.1, pp.63-96, 2019.

VEJA, 2017. **Secretário que defendeu 'matar mais' nos presídios deixa o cargo**. Reportagem publicada em 7 janeiro de 2017. Disponível em <<<https://veja.abril.com.br/brasil/secretario-que-disse-que-tinha-que-matar-mais-deixa-o-cargo>>>. Acesso em 2 de abril de 2019.

VENTURI, Gustavo e BOKANY, Vilma. Maiorias adaptadas e minorias progressistas. In: Helena Wendel Abramo e Pedro Martoni Branco (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.351-368.

Recebido em 30 de setembro de 2019.

Aceito em 11 de novembro de 2019.